

MOÇÃO APROVADA EM ASSEMBLEIA GERAL DE SÓCIOS – 8 MARÇO 2012

PELA ADESÃO À GREVE GERAL DE 22 DE MARÇO

1. Os trabalhadores portugueses confrontam-se com o maior ataque aos seus direitos laborais desde o 25 de abril de 1974, que se consubstancia em cortes salariais, na supressão de subsídios de férias e de natal, na facilitação de despedimentos, no aumento do horário de trabalho sem que a tal corresponda qualquer pagamento extra, na diminuição brutal do pagamento das horas extraordinárias. Mas também na precarização das relações laborais, no ataque à contratação coletiva, no ataque direto e indireto aos sindicatos.
2. De um modo mais alargado, há que denunciar a degradação geral das condições de vida da maioria dos portugueses, como consequência de uma política assumidamente orientada para o empobrecimento do país, corporizada no crescimento insuportável do desemprego, quer juvenil quer de longa duração, na subida brutal do preço dos transportes, aliás acompanhada de uma forte degradação do serviço oferecido aos utentes, numa taxa relativamente elevada de inflação, nos custos agravados de acesso aos serviços de saúde.
3. Estas políticas de um neoliberalismo radical assentam nas exigências do memorando dito de resgate económico-financeiro assinado com a “troika” que, contudo, o atual governo se vangloria de agravar ainda mais. Políticas definidas pela imposição de uma austeridade global a que apenas os altamente privilegiados escapam e que, empobrecendo a população, provocam por outro lado uma situação de profunda recessão económica, produzindo uma infernal espiral que está a conduzir a população portuguesa para níveis de agravada e alargada pobreza, situação ainda piorada pela diminuição radical dos mecanismos de apoio social.
4. É inegável que o país está mergulhado numa enorme crise social e numa real crise económica e financeira, situação que está a servir de pretexto aos neoliberais no poder para um ataque violentíssimo aos serviços públicos, ao conceito de “modelo social europeu” e aos direitos de cidadania, sendo de resto visíveis nítidos sinais de desrespeito pelos direitos democráticos, de ataque soez e persistente à Constituição portuguesa, de tal modo que há quem justificadamente denuncie que a própria democracia está em perigo.
5. Este assalto neoliberal contra o Estado social e nomeadamente contra os direitos de quem trabalha manifesta-se em outros países europeus sujeitos às mesmas políticas de agressão e de regressão social.
6. Os professores e os educadores estão entre os grupos mais atingidos por estas políticas: cresce entre eles o desemprego, intencionalmente provocado por várias medidas governamentais de que se salientam a política de mega-agrupamentos e o recente arremedo de reestruturação curricular; a precariedade, traduzida nomeadamente pela inexistência de concursos que permitam a vinculação; a degradação das condições de trabalho nas escolas.

Perante este quadro político, económico e social, o Conselho Nacional da CGTP-IN apelou à realização de uma greve geral no próximo dia 22 de março. Apesar da dificuldade que representa para os professores a greve geral ser convocada para o penúltimo dia de aulas do 2º período, o SPGL tem a certeza que todos compreenderão a gravidade das medidas propostas que levam à sua convocação.

Assim, reconhecendo a gravidade da situação vivida e a necessidade de uma resposta enérgica, combativa e global às políticas deste governo, os sócios do SPGL, reunidos em Assembleia Geral de Sócios, convocada nos termos da alínea j) do artigo 55º dos Estatutos do SPGL, decidem aprovar a adesão do seu sindicato à greve geral convocada pela CGTP-IN para o próximo dia 22 de março, assumindo o compromisso de um forte empenho no seu sucesso.

A direção do SPGL